



240ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA

RESUMO EXECUTIVO

DATA: 10 e 11 de junho de 2015

LOCAL: Brasília/DF

CONSELHEIROS TITULARES PRESENTES:

GOVERNAMENTAIS

Angelica Goulart – Secretaria de Direitos Humanos

Davi Pires – Ministério da Justiça

Francisco Antonio de Souza Brito – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Jordelino Serafim dos Reis - Ministério da Fazenda

Rubens Bias – Ministério da Saúde

Taís Leite Flores - Ministério da Previdência Social

Magaly Marques – Casa Civil

Douglas Santos – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR

Luciana de Loiola Malenha – Ministério do Esporte

Fábio Meirelles – Ministério da Educação - MEC

NÃO-GOVERNAMENTAIS

Adriano de Britos - Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços – ACM

Carlos Nicodemos de Oliveira - Movimento Nacional de Direitos Humanos

Elisa Maciel Costa - Associação Internacional Maylê Sara Kalí

Fábio José Garcia Paes - Aldeias Infantis SOS Brasil

Jimena Djauara Nunes da Costa Grignani - Associação Brasileira de Educação e Cultura – ABEC

Marco Antônio da Silva Souza - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

Raimunda Núbia Lopes da Silva - Central Única dos Trabalhadores - CUT
Vitor Cavalcante Sousa Valério - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB
Edmundo Ribeiro Kroger – Centro de Educação e Cultura Popular – CECUP
Miriam Maria José dos Santos – Inspeção São João Bosco – Salesianos
Douglas Elias Belchior – Associação Franciscana de Defesa de Direitos e Formação Popular - AFDDFP
Carolina Freire de Carvalho de Carvalho – Federação Brasileira das Associações de Síndrome de DOWN
Francisco Rodrigues Corrêa - FENATIBREF

CONSELHEIROS SUPLENTE PRESENTES:

GOVERNAMENTAIS

Bernardo Bofill – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Daiane Andrade – Ministério da Educação
Heloísa Greco – Ministério da Justiça
Rodrigo Torres – Secretaria de Direitos Humanos
Thaís Borges da Silva Pinho Werneck – Ministério da Cultura
Márcia Canário – Ministério de Relações Exteriores
Tânia R.E.F.Z. Romano – Ministério do Esporte
Ivone de Almeida Peixoto – Ministério da Saúde

NÃO-GOVERNAMENTAIS

Anna Beatriz Langu Peranovich Leite - Federação Nacional das Apaes – FENAPAES
Antonio Jorge dos Santos - Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes – FEBRAEDA
Antônio Lacerda Souto - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG
Catarina de Santana - Fundação Fé e Alegria do Brasil
Clenir da Trindade Xavier dos Santos - Associação Lifewords Brasil
Élio Braz Mendes - Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB
Heloisa Helena Silva de Oliveira - Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente
José Carlos Sturza de Moraes - Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente - AMENCAR
Josiane Gomes Soares - Conselho Federal de Psicologia – CFP
Manoel Torquato – Associação Nacional Criança não é de Rua

Maristela Cizeski - Pastoral da Criança

Djalma Costa – Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - ANCED

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:

Catarina de Santana Silva

DEMAIS PARTICIPANTES:

Ananias Neves Ferreira – CEDCA/MG

Carine Gomes Roos

Cheila Queiroz – Conselho Federal de Serviço Social – CFESS

Ires D. Scuzziato – CEDCA/PR

Mauro Cesar Souza – CEDCA/MT

João Rodrigo – CMDCA/SE

Maria dos Milagres Araújo – Estudante UNB/DF

Laís Campos Dantas – Estudante UNB/DF

Carla Rodrigues – CEDCA/MS

Ana Lúcia Stalin – SNPDC

Vera Lucia Silva Ramos – CEDCA/MS

Jéssica Santana Alves Medeiros – Estudante UNB/DF

Sueli Matos – AP

Carolina Uehara – Fundação Fé e Alegria Brasil

Jaciara Arruda – CEDCA/PE

PAUTA:

10/06

10º andar - Sala Plenária

10h00 às 12h30 - Reunião das Comissões Permanentes

12h30 às 14h30 - Almoço

14h30 às 14h50 – Abertura da Assembleia e aprovação da pauta

14h50 às 15h10 – Aprovação dos resumos executivos - 238ª e 239ª Assembleias Ordinárias

15h10 às 16h00 – Aprovação dos Protocolos Internos

16h00 às 17h30 – Relatoria das Comissões Permanentes

17h30 às 19h00 - Apresentação do Projeto SIPIA/CT

19h30 – Encerramento

11/06

8º andar - Auditório

09h30 às 10h30 – Resultados parciais da pesquisa sobre a redução da idade penal - SECOM

10h30 às 12h30 – Relatoria dos Grupos de Trabalho

12h30 às 14h00 - Almoço

14h00 às 15h00 – Informes sobre o cenário atual da PEC 171/93 – Deputado Alessandro Molon

15h00 às 17h00 - Avaliação do primeiro trimestre da gestão do Conanda 2015-2016

17h00 – Encerramento

ABERTURA DOS TRABALHOS

ITEM 1: ABERTURA DA ASSEMBLEIA E APROVAÇÃO DA PAUTA

Principais pontos abordados: A presidente Angelica Goulart iniciou a 240ª assembleia ordinária com uma rodada de apresentação dos conselheiros estaduais e nacionais presentes e a aprovação da pauta. Houve solicitação de inversão de horário de alguns pontos de pauta, a inclusão de horário específico para apresentação do projeto SIPIA/CT e aprovação do parecer conjunto CMF e COF referente à liberação de recursos destinados a mobilização contra a redução da maioria penal. Foi solicitado, ainda, que os horários dos voos de retorno dos conselheiros sejam emitidos após as 18h00. Exposição de indignação quanto ao custeio de diárias e passagens dos conselheiros suplentes pelas próprias instituições. Aprovação dos resumos executivos da 238ª e 239ª.

Deliberação/Encaminhamentos: aprovação da pauta da 239ª Assembleia Ordinária com alteração de horário das pautas (Relatoria dos Grupos de Trabalho, avaliação do 1º trimestre da gestão do Conanda 2015-2016, assuntos referentes à X CNDCA); inclusão de três pontos de pauta (Apresentação do projeto SIPIA/CT; Informes sobre o cenário atual da pauta da redução da maioria penal na Câmara Federal pelo Deputado Alessandro Molon e Aprovação do parecer conjunto da COF e CMF); participação do Exmo. Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Pepe Vargas na avaliação dos 100 dias da gestão do Conanda 2015-2016. Devido a inclusão de novos pontos de pauta relevantes, houve a necessidade da retirada de quatro pontos previstos na pauta (Debate sobre a promoção e garantia de direitos da população quilombola – SEPPIR; apresentação do material “ Território de Proteção” – instituição Tribos Jovens; apresentação do orçamento do FNCA e apresentação da situação dos relatórios internacionais produzidos pelo governo brasileiro, tais temas deverão ser pautados em julho.

ITEM 2: APROVAÇÃO DOS PROTOCOLOS INTERNOS

Principais pontos abordados: foram apresentados os dois protocolos internos – votação eletrônica e representações externas com contribuições dos conselheiros.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Protocolo votação eletrônica – solicitado pedido de vistas pela presidente Angélica. Prazo de 20 dias para elaboração do parecer e envio para conhecimento dos conselheiros.
- Protocolo representações externas – foi aprovado com alteração de texto no artigo 2º.
- Verificar possibilidade de fazer a transmissão ao vivo (on line) das assembleias do Conanda.

ITEM 3: RELATO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Principais pontos abordados:

Comissão de Políticas Públicas - CPP

A relatora da Comissão esclareceu que não houve tempo suficiente para levantar todos os resultados esperados para o Plano de Ação 2015/2016. Ressaltou ainda a necessidade de apoio técnico.

Houve a discussão sobre o tema medicalização nas Unidades de Internação e nas Unidades Terapêuticas. A presidente do Conselho informou o Plenário sobre a existência de protocolos junto à RAAD sobre medicalização. Foi apontada a necessidade de revisar as Resoluções n.º 105, 106 e 116, esta última para inclusão de artigo sobre medicalização. Em seguida foi debatida a questão do atendimento realizado pelas Comunidades terapêuticas, bem como sobre as violações de direitos dentro das referidas comunidades. (conselheiro do Ministério da Saúde informou a existência de Comunidades Terapêuticas que não são conveniadas e outras que tem edital e são fiscalizadas).

Deliberação/Encaminhamentos:

- Foi sugerido que os registros de Instituições ficassem sob a reponsabilidade da Comissão de Mobilização e Finanças – CMF;
- Participação dos conselheiros Rubens, Carolina e Edmundo no Seminário sobre Medicalização em Salvador/BA no período de 01 a 04/09/15;
- Priorizar a realização da assembleia conjunta com os 3 Conselhos (CNAS, CONAD e CONANDA) para tratar das Comunidades Terapêuticas;
- Solicitar aos CMDCA's informações referentes aos registros dos programas ofertados pelas Comunidades Terapêuticas no respectivo Conselho;
- Solicitar informações à SENAD a respeito do andamento do processo de certificação e registro, junto aos Conselhos Municipais, dos programas ofertados pelas Comunidades Terapêuticas; e
- Solicitar ao CNJ e CNMP que fiscalizem as Comunidades Terapêuticas.

Comissão de Mobilização e Formação - CMF

O coordenador da Comissão relatou sobre a indisponibilidade e não funcionamento do Portal do Conanda há mais de 7 (sete) meses; Angelica esclareceu que esse é um tema prioritário para a SNPDCa e que já tratou com Assessoria de Comunicação da SDH, que está verificando como superar os entraves administrativos. A Secretaria Executiva esclareceu que a consultora Carine vem mantendo o conteúdo do Portal devidamente atualizado. Por se tratar de tema estratégico solicitou-se que o Plano de Comunicação do Conanda não seja subordinado à Assessoria de Comunicação.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Solicitar audiência com o Secretário Executivo da SDH para tratar dos entraves burocráticos e administrativos (portal, grupo de e-mail, diárias e passagens, whatsapp);

- Conselheiros da Sociedade Civil deverá apresentar à Secretaria Executiva, no prazo de 10 dias, documento listando os entraves administrativos;
- Encaminhar o Edital da Escola de Conselhos para a COF para análise e parecer referente a liberação de recursos;
- Agendar reunião por Skype entre COF e CMF para deliberar sobre o Edital da Escola de Conselhos – prazo de 10 dias; e
- Pautar Edital da Escola de Conselhos na assembleia de julho.

Comissão de Orçamento e Finanças- COF

O relator da Comissão questionou a morosidade na elaboração do Edital de Chamada Pública de 2015 e a falta de conhecimento aprofundado da Lei 13.019/2014 pela Comissão; Foi elaborada uma recomendação com sugestões/ajustes/supressões dos Conselheiros em alguns artigos na minuta do decreto de regulamentação da referida Lei para ser enviado à Secretaria Geral da Presidência da República. No âmbito da Comissão foi feita apresentação, pelas áreas técnicas da SDH sobre os resultados do convênio nº 792582/2013 - Turma do Quilombo firmado com a Associação de Umbanda e Candomblé de Codó e região – AUCAC; tais resultados foram apresentados ao Plenário. Em seguida, a comissão esclareceu sobre os mecanismos de incidência na elaboração do PPA 2015-2019 – Fórum Interconselhos e sugeriu que foi feito convite à Secretaria Geral/PR para apresentar a metodologia de construção do PPA. O último ponto de pauta foi a apresentação do projeto SIPIA/CT pelo Coordenador Geral da Política de Fortalecimento dos Conselhos para apoio técnico-financeiro do Conanda no valor de R\$ 600.000,00.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Pautar o Edital da Escola de Conselhos na assembleia de julho;
- Realizar reunião da COF por Skype para debater demandas urgentes: Reformulação da Resolução nº 137/10 e Edital 2015 – prazo 10 a 15 dias;
- Instituir um grupo de trabalho sobre o tema Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC – sob coordenação dos conselheiros Edmundo e Rodrigo;
- Elaborar um calendário de trabalho na construção de mecanismos na área da infância com a Secretaria Geral, Abong e Inesc – presencial ou Skype;
- Encaminhar até 11/06 contribuições do Conanda à Minuta do Decreto de Regulamentação da Lei 13.019/2014;
- Verificar possibilidade de contratar consultoria técnica especializada no assunto da legislação da participação social;
- Realizar, no âmbito da COF, reunião com o responsável pelo convênio nº 792582/2013 da Turma do Quilombo (convidar conselheiro Douglas da SEPPIR para participar);
- Realizar uma oficina sobre o SIPIA/CT (ocasião na qual deverá ser abordada a necessidade de editar resolução específica sobre o SIPIA, a importância de estruturar uma política de tratamento de dados dentro do SGD, a estruturação de

calendário periódico de reuniões, oficinas para debater concepções e fluxos do sistema);

- Submeter a proposta do SIPIA/CT as Comissões para que seja emitido um parecer e apresentado na assembleia de julho.

Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar - CDH/AP

A comissão apresentou a planilha de matérias pendentes de análise e deliberação na Comissão. Em seguida reiterou a importância de realizar visitas de fiscalização às Unidades do Sistema Socioeducativo, juntamente com o Sistema de Justiça; Discussão sobre as visitas que estão sendo realizadas pela RENADE nas unidades socioeducativas (denúncia de medicalização dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa nas unidades de Tocantins).

Deliberação/Encaminhamentos:

- Encaminhar para todos os Conselheiros a relação dos processos instaurados pela CDH/AP com os devidos encaminhamentos;
- Em razão das diversas demandas de fiscalização, a Comissão deverá estabelecer critérios e cronograma de fiscalização das unidades socioeducativas;
- Encaminhar ofícios aos Estados solicitando informações sobre os encaminhamentos dados pelo Estado às diretrizes estabelecidas nos relatórios produzidos pelo Conanda quando da realização da agenda permanente;
- Solicitar à Renade os relatórios sobre as inspeções realizadas;
- Levar a pauta da Política Socioeducativa no Brasil (relatório RENADE) para Mesa Diretora; e
- Oficiar aos CEDCA's solicitando informações a respeito dos registros de violência contra adolescentes ocorridas no interior de unidades socioeducativas de internação do Estado.

ITEM 4: RESULTADOS PARCIAIS DA PESQUISA SOBRE A REDUÇÃO DA IDADE PENAL

Apresentação: Andre Jácomo de Paula Pinto - SECOM

Principais pontos abordados: foi feita uma apresentação de pesquisa realizada no âmbito da SECOM acerca da redução da maioridade penal, com destaques nos dados quantitativos, qualitativos e focais. Foram feitas várias colocações a respeito do tema: relação direta com a falta de segurança pública, saúde precária, falta de conhecimento da população, questionamento sobre a função do governo nessa ação, dificuldade na liberação de recursos para mobilização. Foi mencionado que a pesquisa traz indicação de quais estratégias devem ser adotadas para reverter junto a sociedade em geral a posição favorável à redução da idade penal.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Incluir na pesquisa perguntas referentes à oferta e à qualidade das políticas públicas.

ITEM 5: X CONFERENCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CNDCA

Principais pontos abordados: em decorrência da alteração da data da etapa nacional foi debatida a possibilidade de alteração do cronograma referente às demais etapas da X CNDCA. Em seguida foram abordadas questões referentes ao encontro com os adolescentes do G38, previsto para julho (definição da data do encontro; hospedagem, articulação). Foi informado ao Plenário sobre a participação dos conselheiros nacionais da comissão organizadora no VI Encontro Nacional das Escolas de Conselhos (22/06 em Cuiabá/MT). Foi dada ênfase na fala da presidente Dilma Rousseff acerca da importância da X Conferência.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Cancelamento das conferências regionais;
- Realizar um Fórum Nacional amplo e popular em dezembro/2015, o qual deverá ter caráter de mobilização e ampla participação da sociedade;
- Realizar reunião da Comissão Organizadora da X CNDCA por Skype no dia 18/06 com a participação de Malu e Cidinha - definição da data e objetivos do encontro do G38 - em julho e em outubro;
- Elaborar o Guia de Orientações n.º 3 no prazo de 15 dias, no qual deverá constar informes sobre o cancelamento das Conferências Regionais e a alteração da data da Conferência Nacional (02 a 06 de maio de 2015); e
- Verificar possibilidade de trazer o G8 em todas as assembleias do Conanda.

ITEM 6: RELATORIA DOS GRUPOS DE TRABALHO

Principais pontos abordados

GT Crianças e Adolescentes “Invisíveis”.

A Conselheira Elisa Costa, respondeu sobre o GT, agradecendo o grande número de inscrições dos conselheiros da sociedade civil e a inscrição da conselheira do MJ, todos efetuados através de e mail consulta. Informou que já estava preparando um esboço do projeto a ser apresentado, no qual o vice-presidente Carlos Nicodemos se colocou a disposição para auxiliar na minuta e afins e participar como convidado. Necessidade de definir através de resolução: a estrutura, objetivos, metas, plano de trabalho e composição; maior participação dos governamentais. Importância da participação do Ministério da Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Justiça e SEPIR. Os conselheiros do Ministério da Saúde e do Desenvolvimento Social se colocaram a disposição para compor o GT. O conselheiro Rubens Bias, do Ministério da Saúde se disponibilizou em colaborar com o plano de ação e com o apoio do Conselheiro Francisco Brito e da Conselheira Jimena sugeriu que o GT ficasse sob a supervisão da CPP. A Conselheira Elisa explicou que esse

assunto já havia sido superado na Assembleia anterior e que inicialmente não haveria necessidade, sendo vasta a matéria e o tempo curto para discussões iniciais de políticas públicas. Ficando assim uma breve apresentação na próxima assembleia. Foi manifestado que devido ao número de GT's em funcionamento está havendo coincidência de datas e horários, o que vem inviabilizando a participação dos conselheiros.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Minutar resolução específica, contendo plano de trabalho, objetivos e metas (previsão de apresentação na assembleia de julho);
- Publicar um artigo sobre o GT em sites e redes sociais por ser um tema de muito interesse nos Estados e Municípios; e
- Encaminhar para o conjunto de conselheiros sugestão de reunião por Skype para abordar tanto o artigo quanto a resolução.

GT da Letalidade

Não houve reunião do GT. A Conselheira Márcia Canário, representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE), chamou atenção para o termo “Genocídio” e sobre a forma equivocada de utilização do conceito. Os conselheiros do Ministério da Saúde, do Ministério da Justiça e Seppir manifestaram interesse em compor o GT. Foi sugerida a participação do CONJUVE e do MRE.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Aprovar o plano de trabalho na 241ª Assembleia do Conanda; e
- Ver a possibilidade de publicação em outros espaços sobre a utilização de termos polêmicos.

GT da Reforma Política

O GT estruturou o plano de trabalho em 3 eixos: i) Marco Político – natureza e competência, ii) Marco Legal – revisitação dos instrumentos jurídicos; iii) Governança da política pública da criança e dos adolescentes. Em seguida apresentou o cronograma de trabalho, com previsão de conclusão dos trabalhos em junho/2016.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Contratação de especialista para sistematização do relatório e análise dos resultados do tema nas discussões das conferências;
- Promover debate ampliado sobre reforma política, convidando a participar do GT: CNAS, CNS, CNMP, CNJ, CONTRAN, Secretaria Geral da Presidência, Organizações da Sociedade Civil, Conselhos profissionais, CONJUVE e Universidades;
- Convidar consultor Anderson Rafael Nascimento para participar da próxima reunião do GT;
- Solicitar à mesa diretora que faça gestão junto aos conselheiros governamentais no sentido de aumentar a frequência da representação governamental nas reuniões do GT;

- Aprovação de oficina da Reforma Polícia para setembro/2015; e
- Enviar os produtos da Reforma Política para todos os membros do GT.

GT de Incidência Política

O GT não fez um reunião específica durante o mês de junho. Conselheiros solicitaram separação da discussão deste GT com o GT de crise.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Encaminhar modelo de plano de trabalho para que conselheiros possam estruturar um plano específico.

ITEM 7: PANORAMA SOBRE PEC 171/1993 – REDUÇÃO DA IDADE PENAL

Apresentação: Deputado Alessandro Molon.

Principais pontos abordados: o Deputado fez um relato de todo o cenário atual envolvendo o tema, principalmente o trabalho da Comissão Especial. O Conanda informou que não há elementos na mesa para negociar. O Deputado sugeriu desmoralizar o argumento dos parlamentares quando da existência de um terceiro sistema. Os conselheiros informaram sobre o evento de mobilização que será realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de junho com a participação dos conselheiros nacionais, estaduais, adolescentes, caravanas organizadas pelos movimentos sociais, frentes, redes, etc.

ITEM 8: AVALIAÇÃO DO PRIMEIRO TRIMESTRE DA GESTÃO DO CONANDA BIÊNIO 2015-2016

Principais pontos abordados: esta avaliação contou com a presença do Exmo. Ministro Pepe Vargas. A presidente Angélica agradeceu a presença e disponibilidade do Exmo. Ministro e passou a palavra para o Vice Presidente Carlos Nicodemos, que iniciou a avaliação mencionando que todos os pontos colocados visam ao saneamento das dificuldades e ao desejo da sociedade civil de integrar com a força política do governo para a construção de um plano decenal e a consolidação da política de promoção dos direitos de crianças e adolescentes, rever o ECA nos 25 anos e realização das conferências.

Nesta avaliação o Conselheiro Fábio Paes ressaltou que nos últimos três anos que está no Conanda sente falta de concretude nas deliberações do plenário, que apenas 10% do deliberado foi efetivamente realizado. Ressalta ainda que o Conselho é forte, mas não sabe o que acontece, que a execução é precária e péssima, como se o gigante estivesse dentro de um carrinho de brinquedo. Mencionou que algumas instituições estão revendo se querem continuar com assento neste Conselho pela falta de efetividade das deliberações. Tem que verificar se é problema da Secretaria Executiva do Conanda, da SDH ou da Administração Pública. Rever perfil das pessoas que apoiam o Conselho. Não está nomeando pessoas, mas o processo como todo. Assessorias que possam produzir e não apenas tentar fazer uma ata. Ressalta a ausência de consultoria para X CNDCA, plano de comunicação, portal do Conanda.

O Conselheiro Djalma salienta a importância da infraestrutura. Essa estrutura precisa ser compreendida pelos três poderes como autoridade máxima. Governo precisa ser mais ágil na sua estrutura. Na hora que a crise econômica bate a porta, a área da criança não pode ser afetada. Para tanto, reforçou o pedido de apoio do Ministro para o Conselho.

O Conselheiro Antônio Jorge fala em nome dos suplentes, para que seja garantido o direito a passagens e diárias nas Assembleias.

A Conselheira Heloisa, da Fundação Abrinq, reconhece trabalho em relação a PEC 171/93, mas está incomodada com a linha que está sendo delineada como negociação do governo.

A Conselheira Nubia agradeceu o diálogo constante com o Ministro e ainda que concorda com a Conselheira Heloisa, que é um momento difícil para fazer avaliação do Conanda, tendo em vista o atual cenário da PEC 171/93. Ressalta que o Conanda vive esse enfrentamento há três gestões e que ainda é necessário viabilizar contratações para completar o quadro da Secretaria Executiva, frente as demandas da X CNDCA.

O Conselheiro Rubens falou das dificuldades operacionais. Enfatizou o alto perfil político – saudando a agenda com a Presidente da República os diálogos com a alta gestão. Atentou para que se faça uma reflexão sobre o enfrentamento interno e esgarçamento entre conselheiros da sociedade civil e conselheiros governamentais, ampliando ainda as dificuldades administrativas, com desistência da Secretaria Executiva do Conanda.

A Conselheira Miriam mencionou que sempre perpassa pelo Conanda esse tipo de debate quanto à estrutura administrativa. Que é testemunha do esforço da Secretaria Executiva, que trabalha exaustivamente, mas sabe que os assuntos vão sendo perdidos no trâmite interno, como exemplo, o site. É preciso avaliar os gargalos entre o Conanda e a SDH.

O Conselheiro Lacerda falou da perspectiva de implementar o Plano Decenal na X CNDCA e no plano de ação do Conanda. Ressalta a necessidade de ser pensada numa proposta de gestão para o Conanda. Explica que os Conselheiros tem uma agenda pesada nas suas instituições e a necessidade de uma secretaria executiva mais forte. Há uma demanda maior do que a capacidade instalada.

Para o Conselheiro Marco Antônio há necessidade de um olhar político de como fortalecer os mecanismos para lidar com a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, nos conselhos como espaços de democracia participativa. Campo a ser debatido no campo da reforma política.

O Conselheiro Douglas representante da instituição Associação Franciscana de Defesa de Direitos e Formação Popular, considerando a necessidade do Ministro em se ausentar da assembleia em razão de uma viagem a trabalho, solicitou mais tempo na próxima assembleia.

A Conselheira Carolina Freire falou dos desafios acerca do planejamento estratégico. Sente que estão girando num mesmo lugar. Aponta fragilidades nas questões administrativas. Do se ponto de vista, o enfrentamento a PEC 171/93 não avançou porque não havia definição sobre o repasse dos recursos deliberados em março.

Cheila, do Conselho Federal de Assistência Social, agradeceu a disponibilidade do Ministro e informou que do seu ponto de vista, não há processo avaliativo se não houver um debate sobre os avanços e as dificuldades. Dificuldade da operacionalização.

O Exmo. Ministro Pepe Vargas diante da exposição fez as seguintes colocações:

- Está inteiramente disponível para vir nos momentos que Conselho deliberar, mas sabe que essa assembleia foi meio atrapalhada em razão do cenário;
- Estrutura/processos administrativos: precisa focar quais são principais problemas, que está clara a reclamação e é compreensiva a cobrança, desde que seja fraterna.
- Mencionou que nunca trabalhou em estruturas ideais. Sempre trabalhou em locais com déficits. Explicou que a SDH tem estrutura acanhada para toda a pauta (cita n.º de conselhos e comitês) e que por isso é sempre importante quando se está planejando ter claras quais as estruturas que se tem.
- A equipe que está fazendo planejamento do Conanda é a mesma que está fazendo o planejamento da SDH. Está faltando apenas a aprovação final pelo próprio Conanda e que é necessário o monitoramento.
- Em relação às questões administrativas, não promete superar todas as dificuldades, mas irá olhar para ver o que é possível melhorar.
- Sobre o contingenciamento falou que todas as pastas foram afetadas e que a SDH não é uma área finalística, é um ministério de articulação e necessitam que os ministérios sociais tenham menos impacto nos cortes.
- Quanto ao combate à tortura, a SDH tem hoje um mecanismo nacional de combate à tortura constituído e em breve será iniciado seu trabalho, quando será possível fiscalizar os sistemas: prisional e socioeducativo. Aí teremos um combate mais incisivo. Mas nada impede que haja CPIs.
- Quanto aos problemas administrativos, solicita que sejam melhor detalhados. Cita fala do Fabio como exemplo: se só 10% foi concluído, que se pegue os 90% que não foram implementados e levante os motivos pelos quais não foram concluídos, senão será um muro de lamentações. Sugere que sejamos mais operacionais e que a Mesa Diretora articule o método.
- Em relação a PEC teremos que fazer uma militância mais na base do que aqui em Brasília. As entidades do Conanda tem que ir a campo. Isso surte muito mais efeito do que vir à Brasília dar um grito de guerra. A mobilização nacional é importante, mas ela em si só não será suficiente. Informou que temos um problema concreto no Congresso Nacional, ainda mais quando até a base governista não tem posicionamento fechado. Esclarece que é necessário ter uma proposta alternativa. A política que se deve adotar é tentar não alcançar os 308 votos, pois a proposta de Eduardo Cunha aliada ao PSDB é uma tragédia. Necessidade de fazer um corpo a corpo com os 206 parlamentares. Existência de um grupo de parlamentares construindo uma proposta alternativa de que o aumento do tempo de internação somente poderia ser para crimes contra a vida, daí a tentativa de aliança do Eduardo Cunha com PSDB – nesse cenários eles aprovam a PEC 171 e em seguida aprovam o “projeto do Alckmin” no Senado. Portanto, se não conseguirmos os 206 aliados, vamos sim, apoiar uma proposta alternativa.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Solicitar participação do Secretário Executivo na 241ª Assembleia para apontar questões administrativas e solicitar apoio para implementar o Plano de trabalho R\$ 4.000.000,00.

ITEM 8: LEITURA E APROVAÇÃO DO PARECER CONJUNTO COF E CMF

PRINCIPAIS PONTOS ABORDADOS: A Secretaria Executiva do Conanda fez a leitura do parecer que recomenda ao Plenário do CONANDA a deliberação de descentralização do montante de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para o desenvolvimento das seguintes atividades: mobilização, pesquisas, campanhas/comunicação e articulação parlamentar (Anexo I). Em seguida foi feito um amplo debate acerca do posicionamento do Conanda frente ao cenário de enfrentamento à redução da idade penal (qualquer pronunciamento nesse momento poderá surtir efeitos negativos).

Deliberação/Encaminhamentos:

- Parecer conjunto aprovado por unanimidade;
- Conanda não emitirá, nesse momento, novo posicionamento frente à redução da idade penal. Se mantém o posicionamento tirado em 2013, com a aprovação da nota pública (Anexo II).

ITEM 9: INFORMES E ENCAMINHAMENTOS

- Manter em estado de assembleia até o dia 30 de junho;
- Encaminhar para todos os conselheiros a Nota Pública emitida pelo Conanda sobre a Redução da Maioridade Penal para divulgação;

ANEXO I

PARECER CONJUNTO

As Comissões de Orçamento e Finanças e Mobilização e Formação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, órgão público de promoção e controle da política de proteção especial de crianças e adolescentes, criado pelas leis federais 8.069/90 e 8.242/91, em razão do processo de mobilização do Sistema de Garantia de Direitos para promoção e defesa dos direitos dos adolescentes no Sistema Socioeducativo no Brasil, **RESOLVEM** o seguinte:

Considerando o que preconiza os Artigos 86 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90;

Considerando o que determina a lei 8242/91, referente as atribuições do CONANDA;

Considerando o estabelece o Artigo 12, VII do Regimento Interno do CONANDA, consolidado pela Resolução 121 de 20 de dezembro de 2006;

Considerando o que determina o Artigo 15, V e VI da Resolução 137 do CONANDA;

Considerando o que estabelece o Artigo 4º do Decreto nº 1.196 de 14 de julho de 1994 que dispõe sobre a gestão do Fundo Nacional para Criança e o Adolescente(FNCA);

Considerando o Plano de Ação do CONANDA para gestão 2015/2016

RECOMENDAR ao Plenário do CONANDA a deliberação de descentralização do montante de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para o desenvolvimento e promoção das seguintes atividades:

1. Mobilização

- 2 Encontros Nacionais com os 26 estados e DF (em média 3240 pessoas) com previsão de 03 (três) ônibus por estado, alimentação, hospedagem e material de divulgação (faixas e panfleto). Encontros a serem realizados i) na Semana do Aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e ii) na Semana da Criança em outubro;

- Mesa de diálogo organizado pela UNESCO, UNICEF, SNPDC/SDH e SNJ/SG com o objetivo de apresentar argumentos de pesquisadores com experiência internacional contrários a redução da maioria penal, relacionados aos aspectos jurídicos, de direitos humanos e segurança pública. Previsão de realização Agosto de 2015. Serão 04 Passagens nacionais e 2 internacionais, diárias (alimentação/hospedagem)

2. Pesquisas

- Pesquisas qualitativas e quantitativas sobre:
 - Sistema socioeducativo;
 - Atos Infracionais: Levantamento junto às Secretarias de Segurança Pública, Sistema de Justiça, e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Elaboração de dados comparados sobre sistema Socioeducativo e Sistema Carcerário. Análise de indicadores de reincidência. Desenvolvimento de indicadores de monitoramento dos atos infracionais; e
 - Violência letal contra crianças e adolescentes.

3. Campanhas/Comunicação

- Produção de material gráfico sobre promoção e defesa de direitos;
- Produção para Mídias Sociais, Alternativas e Tradicionais;
- Assessoria de Imprensa;
- Produção de Kits para mobilização nos 27 Estados visando à sensibilização dos deputados em suas bases (camiseta/material impresso);

4. Articulação Parlamentar

- Previsão de 5 encontros do Comitê Executivo contra a Redução (diárias e passagens);
- Contratação de coordenador de projeto para servir de ponto focal das diversas ações contra a redução, a partir de articulação com os estados.

Raimunda Núbia Lopes da Silva

Coordenadora do Comissão de Orçamento e Finanças

Adriano de Britos

Coordenador da Comissão de Mobilizao e Formao

ANEXO II

NOTA PÚBLICA SOBRE A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E O AUMENTO DO TEMPO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

Em cumprimento a sua missão de garantir e defender os direitos humanos de crianças e adolescentes, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda vem, por meio da presente Nota Pública, manifestar repúdio às recentes iniciativas por parte de diferentes grupos do Estado e da sociedade no sentido de propor a *Redução da Maioridade Penal e o Aumento do Tempo da Medida Socioeducativa de Internação*, com base no que segue:

Considerando o disposto no artigo 37-b, da Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança de 1989, que assegura que nenhuma criança ou adolescente será privado de sua liberdade de forma ilegal ou arbitrária;

Considerando o disposto no artigo 1º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que estabelece o princípio da dignidade da pessoa humana;

Considerando o disposto no artigo 5º, incisos LIV e LXI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que versa sobre os direitos e garantias individuais - especialmente a liberdade;

Considerando o disposto no artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que consagra a proteção integral à criança e ao adolescente com prioridade absoluta;

Considerando o disposto no artigo 228 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que define como cláusula pétrea a inimizabilidade dos cidadãos até 18 anos de idade, garantindo-lhes tratamento de legislação especial;

Considerando o disposto nos artigos 3º, 5º, 15, 16, 17 e 18 da Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, que versam sobre os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, destacando-se - mas sem prejuízo dos demais - os direitos à liberdade e à saúde;

Considerando o disposto no artigo 88, inciso II, da Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, que define os conselhos dos direitos da criança e do adolescente como os órgãos responsáveis pela construção, deliberação e controle das políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente em todos os níveis;

Considerando o disposto na Resolução 113 do CONANDA, que versa sobre o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando que, ao contrário do que se propaga, a atual legislação já responsabiliza os adolescentes a partir dos 12 anos de idade que praticam ato infracional por meio da aplicação das medidas socioeducativas, conforme o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Considerando o disposto na Lei 12.594/2012 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratiquem ato infracional;

Considerando que a eventual redução da maioridade penal exporia adolescentes à convivência com adultos no sistema penitenciário, aumentando sobremaneira sua vulnerabilidade e agravando o atual quadro de violência;

Considerando que menos de 1% dos crimes de latrocínio e homicídios são cometidos por adolescentes, o que refuta a alegação de que diminuir a maioridade penal contribuiria para a redução da criminalidade e violência;

Considerando que os adolescentes em conflito com a lei, em sua maioria, são anteriormente vítimas de violações de seus direitos humanos pela ação ou omissão do Estado, da sociedade, da comunidade e da família;

Considerando finalmente que reduzir a idade penal viola a Constituição Federal, a Convenção dos Direitos da Criança, as regras mínimas de Beijing, as Diretrizes para a Prevenção da Delinquência Juvenil, as Regras Mínimas para a Proteção dos Menores de Liberdade (Regra de Riad), o Pacto de San Jose da Costa Rica e o Estatuto da Criança e do Adolescente;

O CONANDA:

1. Reafirma seu posicionamento contrário a qualquer projeto de Emenda à Constituição ou Projeto de Lei que vise à redução da maioria penal e ao aumento do tempo da medida socioeducativa de internação.
2. Reafirma também a necessidade de garantir políticas públicas e sociais com prioridade absoluta para a efetividade no processo de reinserção social dos adolescentes em conflito com a lei.
3. Reafirma a importância de uma abordagem sistêmica do problema da violência no País, que supere as visões simplistas e não fundamentadas que atribuem aos adolescentes a culpa pelo aumento da criminalidade.
4. Reafirma a necessidade de que os gestores públicos municipais, estaduais e federais, bem como os parlamentares, sejam responsabilizados pela ausência de efetividade das normas e das políticas públicas protetivas às crianças e aos adolescentes.
5. Reafirma a necessidade do Estado, da sociedade, da comunidade e da família assumirem seu dever e responsabilidade pela promoção e proteção com prioridade absoluta dos direitos das crianças e adolescentes, como forma de prevenção aos diversos problemas sociais existentes, inclusive a violência e a criminalidade.

Brasília, 14 de agosto de 2013.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONANDA